

Tipo: Artículo original - **Dossier:** Internacionalización, enseñanza de lenguas y formación de profesores

A Internacionalização do currículo na Educação Básica: o ensino de Língua Inglesa e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

**The Internationalization of the Curriculum in Basic Education:
English Language Teaching and the Sustainable
Development Goals (SDGS)**

Bárbara Stefani Barreto Xavier

*UNISANTA, Universidad Santa Cecilia,
Santos - Brasil.*

<https://orcid.org/0009-0009-3830-4804>

e-mail: barbaraveigabarreto@gmail.com

Milena Oliveira Reis

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Campo Grande – Brasil.*

<https://orcid.org/0000-0003-0385-8291>

e-mail: milenareiso8@gmail.com

Recibido: 18/3/2025

Aprobado: 1/6/2025

RESUMO

A internacionalização do currículo na Educação Básica brasileira tem ganhado relevância no cenário educacional contemporâneo, considerando a necessidade de preparar os estudantes para os desafios globais do século XXI. Este estudo contextualiza a importância da internacionalização como um processo que transcende o ensino superior, propondo sua aplicação no ensino básico por meio de estratégias como a Internacionalização em Casa (IeC), que dispensa a mobilidade física e valoriza a inclusão. Além disso, enfatiza-se o papel da Língua Inglesa como ferramenta essencial para fomentar competências interculturais e globais, alinhando-se às demandas do mundo contemporâneo. O objetivo central do artigo é analisar documentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Nacionais para a internacionalização na Educação Básica, identificando possibilidades de integração entre os ODS e o currículo escolar brasileiro. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de análise documental, examinando diretrizes educacionais e regulatórias que orientam a educação básica no Brasil. Documentos como a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a BNCC foram analisados à luz de descriptores relacionados à internacionalização e aos ODS. A metodologia apoia-se na área da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2006). Conclui-se que a internacionalização dos currículos escolares, quando fundamentada nos ODS, representa uma estratégia poderosa para promover uma educação crítica e conectada às realidades globais e locais. Assim, a internacionalização na Educação Básica não apenas atende às demandas de uma sociedade globalizada, mas também contribui para formar cidadãos conscientes e engajados com os desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Internacionalização; Ensino Básico.

Conflictos de Interés: ninguno que declarar

Rol autoral: los autores han participados en todo el proceso de elaboración del artículo.

Fuente de financiamiento: sin fuente de financiamiento.

DOI: <https://doi.org/10.47133/ÑEMITYRA20250702b-A11>

BIBID: 2707-1642, 7, 2, pp. 168-187

Editores responsables: Lucas Araujo Chagas (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) y Luis Eduardo Wexell-Machado (Universidad Nacional de Asunción).

ABSTRACT

The internationalization of the curriculum in Brazilian Basic Education has gained prominence in the contemporary educational landscape, considering the need to prepare students for the global challenges of the 21st century. This study contextualizes the importance of internationalization as a process that transcends higher education, proposing its application in basic education through strategies such as Internationalization at Home (IaH), which eliminates the need for physical mobility and emphasizes inclusion. Additionally, the role of the English language is highlighted as an essential tool for fostering intercultural and global competencies, aligning with contemporary demands. The central objective of the article is to analyze normative documents, such as the Brazilian Law of Guidelines and Bases for Education (LDB), the National Common Curricular Base (BNCC), and the National Parameters for Internationalization in Basic Education, identifying possibilities for integrating the Sustainable Development Goals (SDGs) into the Brazilian school curriculum. The research adopts a qualitative approach to document analysis, examining educational and regulatory guidelines that shape basic education in Brazil. Documents such as the LDB, the National Education Plan (PNE), and the BNCC were analyzed through descriptors related to internationalization and the SDGs. The methodology is grounded in the field of Interdisciplinary Applied Linguistics (Moita Lopes, 2006). The study concludes that the internationalization of school curricula, when grounded in the SDGs, represents a powerful strategy for promoting critical education connected to both global and local realities. Thus, internationalization in Basic Education not only addresses the demands of a globalized society but also contributes to forming citizens who are aware of and engaged with contemporary challenges.

Keywords: Sustainable Development Goals; Internationalization; Basic Education.

Introdução

A internacionalização da Educação Básica surge como um movimento decorrente das transformações sociais, econômicas e culturais que marcam o século XXI. Em um mundo globalizado, a capacidade de conectar realidades locais com demandas globais não é apenas uma vantagem, mas uma habilidade indispensável para a formação de cidadãos críticos e engajados. Diante dessas questões, este artigo tem como objetivo explorar uma perspectiva de internacionalização do currículo na Educação Básica brasileira, com enfoque na Língua Inglesa e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A análise é feita a partir de documentos normativos oficiais, que orientam o sistema educacional brasileiro e dialogam com as metas globais estabelecidas pela ONU.

O ensino da Língua Inglesa, definido como componente curricular obrigatório a partir do 6º ano pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é destacado como uma ferramenta estratégica para fomentar a internacionalização e preparar os estudantes para um cenário globalizado. Porém, é necessário ir além da abordagem conteudista tradicional e buscar práticas pedagógicas intencionais que promovam a educação para a cidadania global. A *Internacionalização em Casa (IeC)* apresenta-se como uma alternativa inclusiva, permitindo que estudantes da rede pública participem de processos de internacionalização sem a necessidade de mobilidade física internacional. Uma maneira de viabilizar esse processo seria integrar os temas dos ODS às aulas de Língua Inglesa. Os ODS, definidos pela ONU como uma agenda global para o desenvolvimento sustentável até 2030, abrangem questões fundamentais como educação inclusiva, equidade de gênero, preservação ambiental e cidadania global. Incorporar essas temáticas ao currículo escolar por meio do ensino de Língua Inglesa representa uma oportunidade de alinhar o sistema educacional brasileiro às demandas globais, ao mesmo tempo em que promove valores de justiça social e responsabilidade ambiental.

Nesse sentido, esta pesquisa está apoiada no campo de estudo da Linguística Aplicada de caráter inter, multi e transdisciplinar, a qual propõe o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento para resolver “problemas práticos relacionados à linguagem e à sociedade” (Moita Lopes, 2006, p. 17). Moita Lopes (2006) reforça que a Linguística Aplicada deve ser vista como um espaço epistemológico “indisciplinar”, rompendo com as barreiras disciplinares tradicionais e buscando soluções que transcendam os limites acadêmicos. Essa abordagem torna-se relevante para compreender a internacionalização do currículo como um fenômeno complexo, que envolve fatores culturais, políticos e linguísticos, exigindo uma análise multidimensional (Chagas, 2021).

A pesquisa apresentada neste artigo adota um procedimento metodológico qualitativo de análise documental, a qual buscará examinar documentos regulatórios como a LDB, o PNE, BNCC entre outros, em busca de identificar como os ODS podem ser integrados ao currículo da Educação Básica na área de Língua Inglesa, conectando as diretrizes nacionais às metas globais. Neste sentido, esse trabalho justifica-se pelo objetivo central da pesquisa: compreender, analisar e ressignificar as diretrizes e pautas contidas nos documentos oficiais, de forma a criar caminhos para conectar a internacionalização ao contexto da Educação Básica e explorar as possíveis implementações dos ODS nesse cenário. Com isso, é possível identificar lacunas, potencialidades e adaptações que possam fazer parte de uma nova perspectiva educacional para a internacionalização no Ensino Básico, com especial atenção ao papel da Língua Inglesa como elemento facilitador e ao alinhamento com os ODS.

Assim, nas próximas seções, este artigo buscará trazer reflexões sobre o potencial transformador da Internacionalização na Educação Básica, considerando os avanços e desafios presentes no contexto brasileiro.

Internacionalização e Educação Básica: definições e reflexões

De acordo com Knight (2003, p. 11), a internacionalização no contexto educacional é “o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária”. Essa definição implica que a internacionalização não se limita a atividades isoladas, mas representa um esforço estruturado e contínuo para adaptar o ensino, a pesquisa e a extensão ao contexto global, e visa uma educação que dialogue com as demandas e desafios globais.

Na prática, a internacionalização envolve estratégias variadas, como programas de intercâmbio, parcerias acadêmicas e cooperação científica entre instituições de diferentes países. No Brasil, o movimento de internacionalização da educação superior busca, entre outros objetivos, promover a inovação, aumentar a competitividade das instituições de ensino e fortalecer suas capacidades de pesquisa e extensão em âmbito internacional. Segundo Morosini e Nascimento (2017), além de melhorar a posição das instituições brasileiras em rankings internacionais, a internacionalização é vista como uma oportunidade para enriquecer a experiência acadêmica e cultural de estudantes e pesquisadores, promovendo valores de diversidade e responsabilidade global.

Os benefícios da internacionalização vão além dos aspectos acadêmicos e econômicos, estendendo-se para o desenvolvimento de um ambiente educacional que valorize o multiculturalismo e o engajamento global. É uma perspectiva que amplia as oportunidades de formação de “cidadãos globais”, capacitados para compreender e enfrentar questões internacionais, como destacam Oliveira e Freitas (2017), que veem o intercâmbio intercultural e a vivência em outras culturas como componentes enriquecedores da formação profissional e pessoal.

Qiang (2003) complementa essa visão ao afirmar que a “internacionalização não é apenas um fim em si mesma, mas um recurso importante para o desenvolvimento da educação superior, em primeiro lugar, para um sistema alinhado aos padrões internacionais; e, em segundo lugar, um sistema aberto e responsável ao seu ambiente global” (Qiang, 2003, p. 249). Esse argumento realça que a internacionalização não é meramente instrumental; ela é intrínseca ao desenvolvimento de instituições que visam um padrão de qualidade global e, ao mesmo tempo, mantém uma adaptabilidade que lhes permite interagir e colaborar em um ambiente internacional dinâmico.

No contexto brasileiro, Chagas (2021) propõe uma perspectiva que considera a internacionalização como uma forma de cultura e política em curso, o que abre espaço para pensar nas múltiplas relações que atravessam o movimento internacional. Segundo Chagas (2021, p. 26), esse enfoque permite

explorar as interconexões entre os indivíduos, os processos educacionais, a gestão das instituições universitárias, e também os aspectos econômicos, linguísticos e interculturais envolvidos, tornando a internacionalização um rico objeto de estudo (Chagas, 2021, p. 26).

Essa visão de Chagas (2021) contribui para uma compreensão mais abrangente da internacionalização, destacando-a como um fenômeno que transcende o simples alinhamento com padrões externos e que envolve uma transformação contínua das instituições.

Nesse sentido, nossas pesquisas revelaram um extenso corpo de estudos sobre a internacionalização no ensino superior, tanto no Brasil, quanto internacionalmente. No entanto, observamos poucas investigações voltadas para a Internacionalização na Educação Básica no/para o Brasil. Alguns dos estudos pioneiros desta área são de Thiesen (2017, 2018, 2019, 2021), Luna e Stallivieri (2023), Köhler et al. (2023) e Woicolesco et al. (2023).

Woicolesco et al. (2023) compreendem a internacionalização na Educação Básica como um movimento ainda inicial, com motivações predominantemente políticas e econômicas, que se fortalece mobilizado por influências de organismos estatais ou privados que operam em espaços e instâncias transnacionais. Os autores mapearam estudos sobre Internacionalização na Educação Básica de escolas de países como Alemanha, Rússia e Tailândia e descobriram que há crescimento de investimentos nesta área e que muitas das iniciativas partiram da mobilização da direção e de ações conjuntas do colegiado escolar. Além disso, os autores afirmam que a internacionalização da Educação Básica,

apresenta-se com uma ambiência que congrega perspectivas abrangentes que estão relacionadas à transformação de contextos, dando ênfase a como o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com outro, com o ambiente, na busca pelo desenvolvimento da cidadania global (Woicolesco et al., 2022, p. 86)

No Brasil, esse cenário também tem trazido mudanças importantes. Em 2021 e 2022, diálogos com especialistas em internacionalização resultaram na criação dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica, uma iniciativa coordenada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). Esse documento estabeleceu diretrizes que apoiam a abordagem da internacionalização em todas as disciplinas escolares, promovendo uma educação alinhada às demandas globais. Esse avanço representa um passo significativo no reconhecimento e na construção de uma política que integra a perspectiva da internacionalização no contexto escolar. Há alguns eixos que estão relacionados aos parâmetros, a saber: a) Educação para a cidadania global; b) Internacionalização Integral; c) Interculturalidade; e d) Plurilinguismo (Brasil, 2022, p. 14).

Além disso, os parâmetros estão organizados em 5 áreas, as quais estão dispostas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil

Áreas	Descrição
Área 1	Aborda a escola e a Internacionalização na Educação Básica, abordando o papel da instituição educacional nesse processo
Área 2	Refere-se à gestão da Internacionalização na Educação Básica, enfocando as políticas e práticas administrativas necessárias para implementar essa abordagem
Área 3	Envolve a Formação e Valorização dos Professores e demais profissionais da educação, reconhecendo a importância do preparo e da capacitação contínua dos educadores
Área 4	Envolve o Currículo Escolar e Práticas Pedagógicas, enfatizando como o currículo pode ser adaptado para integrar a internacionalização de forma eficaz
Área 5	Concentra-se no Estudante e sua relação com a Internacionalização na Educação Básica, considerando o desenvolvimento de competências globais e interculturais essenciais para os alunos

Fonte: Brasil (2022, p. 15).

Ademais, com essas diretrizes, que trazem de forma mais estruturada a prática da internacionalização para dentro de sala, defendemos que a internacionalização na Educação Básica tem o potencial de promover aos estudantes o desenvolvimento da consciência global e de competências interculturais. Por meio de uma educação que incorpore diferentes perspectivas culturais e sociais, os estudantes podem adquirir uma compreensão mais profunda sobre as diversas realidades ao redor do mundo, promovendo o respeito e a valorização da diversidade. Isso permite que os alunos sejam preparados para interagirem em um mundo globalizado e desenvolverem habilidades como empatia, comunicação intercultural, consciência sustentável, resolução de problemas e pensamento crítico. Como afirma-se nos

Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica,

a internacionalização poderá possibilitar o desenvolvimento local capaz de irradiar o seu entorno e contribuir para a construção de um processo de integração solidária entre culturas e territórios. Assim, a Internacionalização na Educação Básica prospecta uma educação de qualidade para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, possibilitando maior cooperação e compartilhamento de informações e conhecimentos capazes de sustentar um posicionamento crítico na sociedade. Na Internacionalização na Educação Básica, um posicionamento crítico se constrói na interrelação dos saberes locais aos globais, bem como dos saberes globais aos locais em uma via de múltiplos caminhos, direções e formas de Internacionalização (Brasil, 2022, p. 12).

Esses avanços na política educacional brasileira refletem uma compreensão ampliada sobre o papel da internacionalização na Educação Básica, alinhando-a às demandas de uma sociedade globalizada e interconectada. Os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica oferecem, ainda, um caminho estruturado para que as escolas desenvolvam competências globais, promovendo a formação de cidadãos preparados para os desafios do século XXI.

Internacionalização e Língua Inglesa: explorando o global em nosso contexto local

O ensino da Língua Inglesa se apresenta como ferramenta essencial para a formação de indivíduos que possam interagir e atuar de forma crítica e consciente em um cenário global, tendo em vista que ela é hoje uma língua franca. Nesta direção, alinha-se a proposta de internacionalização da educação básica que visa precisamente isso: preparar cidadãos capazes de compreender o mundo de forma integrada, valorizando tanto a dimensão local quanto as influências globais. (BRASIL, 2022)

Sendo a escola cenário formador de sujeitos capazes de responder a demandas sociais, torna-se imperativa a discussão de um currículo que contemple diversos aspectos que perpassam a dimensão ensino-aprendizagem meramente conteudista, mas que invistam na garantia do direito à aquisição de habilidades que busquem formar cidadãos integrais para o mundo.

Apesar de o senso comum compreender a internacionalização como transfronteiriça, ou seja, quando alguém cruza fronteiras, aqui trataremos de compreender estratégias de **Internacionalização em Casa (IeC)**, passíveis de ocorrer no espaço escolar de maneira a contemplar todos os envolvidos nos processos educativos (Brasil, 2022). A IeC, ao possibilitar o contato com culturas e línguas estrangeiras sem que haja necessidade de mobilidade *outgoing* (para fora do país) (Hoflin, 2022), surge como uma alternativa inclusiva, especialmente relevante para estudantes da rede pública. Essa abordagem visa ampliar as perspectivas dos

alunos, conectando o currículo escolar com questões globais e valorizando contextos locais como ponto de partida para reflexões mais amplas.

Assim, o ensino de Língua Inglesa não deve ser visto apenas como uma disciplina curricular, mas como uma prática pedagógica intencional que se relacione com a vida cotidiana dos estudantes, fomentando uma educação crítica, transformadora e decolonizadora. Além disso, conforme Costa (2023)

No Brasil, os termos ‘internacionalização’ e ‘língua inglesa’ são frequentemente naturalizados no imaginário popular como dimensões que possibilitariam uma melhoria educacional, oportunidade de emprego e integração intercultural, haja vista a quantidade crescente de empresas de intercâmbios, curso de línguas, programas e escolas bilíngues. Contudo, precisamos constantemente refletir as razões e quem se beneficia de tais processos, pois, historicamente, em nosso país, as políticas linguísticas flutuam de acordo com os interesses políticos e mercadológicos momentâneos (Costa, 2022, p. 317).

Esses interesses políticos normalmente vêm de classes de elite e servem apenas para segregar alunos que têm acesso e os que não tem. Logo, uma efetiva implementação da IeC asseguraria aos estudantes, especialmente os da rede pública, o direito de participar desse movimento universal de interações em línguas estrangeiras, majoritariamente a Língua Inglesa, definida como Língua Estrangeira no currículo da Educação Básica a partir do 6º ano do Ensino Fundamental (Brasil, 1996).

Propor a Internacionalização em Casa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental faz ainda mais sentido quando, ao analisar o currículo vigente, identificamos propostas de inserção de quatro temas mundiais no contexto de crianças e adolescentes, estudo de casos, análises de notícias de outros países e intercâmbio de informações culturais. Nesse sentido, a BNCC destaca como um dos objetivos do ensino de Língua Inglesa: “Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 246).

Dessa forma, o ensino de Inglês como segunda língua na escola deve, então, ser engendrado a partir uma práxis que, permeada de intencionalidade, esteja voltada para vivências e repertório dos estudantes em sala de aula, bem como para a observação de contextos locais que possam fomentar discussões globais com percepções diversas que conduzam à resolução de problemas locais por sujeitos críticos e socialmente engajados.

Com o objetivo de formar tal repertório global para cidadãos socialmente engajados, as abordagens curriculares e sequências didáticas podem ser inspiradas nas temáticas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais apresentam as principais demandas da humanidade nos próximos anos, consequentemente presentes em interações acadêmicas, relacionais, mundo do trabalho e da própria existência. A Língua Inglesa torna-se, então, elemento chave no processo de apresentação de um plano de ação para o futuro. Nas aulas de Língua Inglesa, há a possibilidade de integrar tais temáticas às práticas pedagógicas,

em consonância com as diretrizes legais da Educação Básica, como veremos adiante.

Internacionalização e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

A internacionalização do currículo é uma perspectiva que busca fomentar nos alunos aprendizagens necessárias para compreender os desafios globais e agir de maneira informada e responsável. Segundo Leask (2009 apud Thiesen 2017, p. 1003), “a internacionalização do currículo é a incorporação de uma dimensão intercultural e internacional ao conteúdo, assim como ao ensino, ao aprendizado, aos instrumentos de avaliação e serviços de suporte de um programa de estudo”. Logo, trata-se de ações em que as escolas organizam seus currículos para trazer uma visão internacional ao aprendizado.

No contexto atual, a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) oferecem um marco estratégico para integrar a internacionalização do currículo às demandas contemporâneas da sociedade. Conforme delineado pela ONU, os ODS representam “um chamado universal à ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030” (ONU, 2015). Ao serem incorporados ao currículo escolar, esses objetivos não apenas promovem uma compreensão crítica dos problemas globais, mas também incentivam os estudantes a se envolverem ativamente em soluções para desafios locais e internacionais. Também conhecidos como Agenda 2030, os objetivos representam um plano de ação, uma espécie de manual para um mundo mais justo e desenvolvido que poderá começar a ser engendrado a partir das salas de aula das cidades de cada um dos 178 países do planeta.

Torres (2017) enfatiza que a educação básica desempenha um papel fundamental, uma vez que é nesse nível que os indivíduos começam a formar sua visão de mundo e a compreender suas responsabilidades como cidadãos globais. Ao integrar os ODS ao currículo permite que os estudantes aprendam sobre questões como mudanças climáticas, desigualdade social e desenvolvimento sustentável de maneira contextualizada e prática. Além disso, a abordagem internacional contribui para uma formação mais equitativa, ao garantir que os jovens adquiram conhecimentos e habilidades essenciais para enfrentar os desafios do século XXI.

Nesse sentido, a Internacionalização do currículo baseada nos ODS pode ser operacionalizada por meio de projetos interdisciplinares, metodologias ativas e parcerias internacionais. Por exemplo, professores podem promover atividades que incentivem os alunos a pesquisar e propor soluções para problemas ambientais em sua comunidade, conectando essas iniciativas aos objetivos globais, como o ODS 13, relacionado à ação contra a mudança global do clima. Além disso, a utilização de tecnologias digitais facilita a interação com escolas e organizações de outros países, enriquecendo o aprendizado com perspectivas culturais diversas (Leask, 2009).

Portanto, incorporar os ODS na sala de aula representa uma estratégia poderosa para preparar os alunos para uma cidadania global responsável. Ao trazer uma perspectiva internacional e interdependente, as escolas promovem a formação de indivíduos conscientes, capazes de agir de maneira ética e sustentável em contextos locais e internacionais. Esse processo, conforme argumentado por Torres (2017), contribui para a construção de uma

sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, alinhada aos princípios da agenda 2030.

Metodología

Este estudo adota o procedimento metodológico da análise documental, com natureza qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo. Neste sentido, a pesquisa de análise documental

consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos (Souza et al., 2011, p. 223)

Além disso, a escolha metodológica para este projeto apoia-se nos estudos de Thiesen (2017; 2019), Köhler et al. (2023) e Woicolesco et al. (2023), os quais também trabalharam a análise de documentos oficiais dos parâmetros curriculares da Educação Básica, enfocando a internacionalização.

Esse processo envolveu a leitura dos documentos e a procura de descritores nos documentos como “*Internacionalização*”, “*Internacional*”, “*Mundo*”, “*Mundial*”, “*Língua Estrangeira*” “*Língua Inglesa*” buscando mapear pontos de convergência entre as metas educacionais nacionais e os processos de Internacionalização. Os documentos escolhidos como material de pesquisa foram:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996)
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Brasil, 2013)
- Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014)
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018)
- Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC- Formação Continuada) (Brasil, 2020)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Brasil, 2024)

Após a leitura e a busca pelos descritores, procedeu-se à análise dos documentos, identificando citações que evidenciassem caminhos de trazer os ODS na Educação Básica. O foco da coleta foi compreender de que maneira os ODS podem ser alinhados às diretrizes nacionais, de forma a promover a formação de uma educação voltada para a cidadania global. Como forma de relacionar e analisar os temas, foram utilizados os 4 eixos estruturantes dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica (Brasil, 2022), de forma a estabelecer comparações e discussões acerca dos processos de internacionalização que implicam uma abordagem de ensino e aprendizagem alinhada aos ODS.

Resultados da pesquisa

Nesta seção, apresentamos a análise do corpus composto pelos documentos regulatórios oficiais selecionados para a pesquisa. O Quadro 2, a seguir, lista os documentos regulatórios oficiais que compõem o corpus a ser analisado, indicando as respectivas citações e as páginas de onde as informações foram extraídas.

Quadro 2. Corpus da Análise: citações dos documentos regulatórios oficiais

	DOCUMENTO REGULATÓRIO OFICIAL	CITAÇÃO E PAGINAÇÃO
1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996)	<p>“Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (p. 1).</p> <p>“Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (p. 10).</p>
2	Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Brasil, 2013)	<p>“A LDB, porém, inclui, pelo menos, uma língua estrangeira moderna como componente necessário da parte diversificada, sem determinar qual deva ser, cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de relações” (p. 39).</p> <p>“Nos termos da proposta, a “Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram” (p. 364).</p>
3	Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (Brasil, 2014)	“O compromisso internacional com a universalização da educação reporta-se ao ano de 1990, com o estabelecimento da agenda global de Educação para Todos (EPT), durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia” (p. 362).

4	Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC - Formação Continuada) (Brasil, 2020)	<p>“COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES</p> <p>3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural” (p. 15).</p>
5	Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Brasil, 2024)	<p>“DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS SUPERIORES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE</p> <p>IV - emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo” (p. 6).</p>
6	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018)	<p>“Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)” (p. 8).</p> <p>“Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Por outro lado, existem muitas línguas ameaçadas de extinção no país e no mundo, o que nos chama a atenção para a correlação entre repertórios culturais e linguísticos, pois o desaparecimento de uma língua impacta significativamente a cultura” (p. 70).</p> <p>“Em que pese as diferenças entre uma terminologia e outra, suas ênfases, pontos de contato e eventuais sobreposições, o tratamento dado ao componente na BNCC prioriza o foco da função social e política do inglês e, nesse sentido, passa a tratá-la em seu status de língua franca” (p. 241).</p> <p>“No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas</p>

		<p>juvenis e em estudos e pesquisas, como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional. Além disso, abrem-se possibilidades de aproximação e integração desses estudantes com grupos multilíngues e multiculturais no mundo globalizado, no qual a língua inglesa se apresenta como língua comum para a interação” (p. 184-185).</p> <p>“Assim, as aprendizagens em inglês permitirão aos estudantes usar essa língua para aprofundar a compreensão sobre o mundo em que vivem, explorar novas perspectivas de pesquisa e obtenção de informações, expor ideias e valores, argumentar, lidar com conflitos de opinião e com a crítica, entre outras ações. Desse modo, eles ampliam sua capacidade discursiva e de reflexão em diferentes áreas do conhecimento” (p. 485).</p> <p>“EIXO DIMENSÃO INTERCULTURAL – Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos” (p. 250).</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96

De acordo com a citação extraída, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 estabelece princípios fundamentais para a educação no Brasil, promovendo um processo formativo abrangente que se desenvolve em diversas esferas, como na família, no trabalho, na convivência social e em instituições de ensino e pesquisa. Esse caráter inclusivo e integrador está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que propõem uma agenda global para promover sociedades justas, inclusivas e sustentáveis até 2030. No artigo 1º da LDB, ao afirmar que a educação ocorre em vários contextos, além da escola, ressalta a importância de uma formação que extrapola a sala de aula e se estende a todos os aspectos da vida social, cultural e familiar. Essa abordagem está diretamente ligada ao ODS 4 – 4.1, que propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Ao estimular a formação em contextos variados, a LDB contribui para um ensino que abrange o desenvolvimento integral dos indivíduos, alinhando-se ao propósito de promover educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, um dos pilares dos ODS.

Além disso, o Artigo 27 da LDB reforça a importância de incluir no currículo a difusão de valores fundamentais, como o respeito ao bem comum, aos direitos e deveres dos cidadãos e à ordem democrática. Essa orientação curricular encontra convergência com diversos ODS, como o ODS 16 – 16.3 (ONU, 2015), que visa a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas,

focando na formação cidadã, no fortalecimento das instituições democráticas e na promoção da paz e da justiça. Ao valorizar esses princípios, a LDB promove a educação para a cidadania e fortalece o compromisso social da educação básica com os valores de justiça, equidade e respeito.

Assim, a LDB e os ODS compartilham um mesmo compromisso com a transformação social, reconhecendo a educação como um motor para o desenvolvimento e formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Como estabelecido por Woicolesco et al. (2023)

No âmbito da Educação Básica, a internacionalização pode ser compreendida como trajetórias de ensino e de aprendizagem que colaboram para o desenvolvimento pleno do educando, seu preparo para o exercício da cidadania global, qualificação para o mundo do trabalho, a partir da aquisição de uma consciência planetária (Woicolesco et al, 2023, p. 72).

Logo, a implementação desses princípios na prática tem a potencialidade de contribuir para um ensino que formará cidadãos críticos e globais.

Diretrizes Curriculares para a Educação Básica

No texto das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, os componentes curriculares dialogam diretamente com a formação de cidadãos preparados para o cenário global e engajados com a sustentabilidade.

A primeira citação retoma o papel da língua estrangeira na educação básica conforme estabelecido pela LDB, destacando seu uso como instrumento de internacionalização. A aprendizagem de um outro idioma não apenas amplia o acesso ao conhecimento global, mas também promove o desenvolvimento de competências interculturais e linguísticas essenciais para o contexto atual. Relacionamos esse papel da aprendizagem de línguas estrangeiras com os ODS, em especial o ODS 4 – 4.2 (Educação de Qualidade), uma vez que o ensino de Língua Inglesa visa preparar os estudantes para a cidadania global, fomentando a inclusão, a diversidade e o engajamento com questões globais.

Ainda nas diretrizes, há uma seção inteira do Capítulo 10 que trata da promoção da Educação Ambiental, reforçando a necessidade de inserir práticas educacionais que formem indivíduos conscientes das questões ambientais. Isso se relaciona diretamente com o ODS 13 – 13.2, que trata da ação contra a mudança global do clima e com o ODS 15 – 15.1, sobre a vida terrestre (ONU, 2015). O incentivo à Educação Ambiental nas escolas e o estímulo à parceria com a comunidade pode promover um engajamento coletivo e incentivar práticas sustentáveis no cotidiano, contribuindo para a conscientização sobre a preservação do meio ambiente. Segundo Thiesen (2019), no texto das diretrizes há uma grande inclinação para responder aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, tanto em relação aos Direitos Humanos, quanto às questões ambientais (Thiesen, 2019).

Portanto, as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica também trazem em sua base sugestões para promover uma educação inclusiva e contextualizada, que visa o

desenvolvimento integral dos alunos, em uma visão global, alinhando-se assim às perspectivas dos ODS.

Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014 é um documento que estabelece metas e estratégias para garantir a qualidade e a universalização da educação no Brasil. Conforme a citação (Brasil, 2014, p. 322), a adoção do PNE reflete um compromisso com a agenda global de Educação para Todos (EPT), criada na Conferência Mundial de 1990, na Tailândia, e reafirma a importância da educação para o desenvolvimento social e econômico sustentável. Outro marco global que orienta a educação é representado pelos ODS.

A meta de universalizar a educação, incorporada no PNE, está alinhada com o ODS 4 – 4.1, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos (ONU, 2015). O PNE define objetivos concretos, como ampliar o acesso à educação básica e superior, reduzir as desigualdades de acesso entre diferentes grupos populacionais e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis. Esses esforços buscam transformar a realidade educacional brasileira e promover igualdade de oportunidades, um aspecto essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável.

O monitoramento global das metas educacionais, abordado no PNE, fortalece o compromisso com o acompanhamento e a avaliação dos avanços no setor educacional. Esse monitoramento também está em consonância com o ODS 17 – 17.4, que incentiva parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). Através de relatórios, pesquisas e parcerias com instituições nacionais e internacionais, o Brasil pode medir o progresso das metas educacionais, promovendo uma gestão pública mais transparente e eficaz. Logo, o PNE e os ODS compartilham uma visão estratégica que reconhece a educação como um pilar essencial para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Bnc- Formação Continuada)

As diretrizes da Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação e BNC-Formação Continuada) estabelecem princípios que se alinham diretamente com os ODS, promovendo uma educação transformadora e inclusiva.

A orientação para o uso pedagógico das inovações e linguagens digitais (Brasil, 2019, p. 6) reflete o compromisso com o ODS 4 – 4.2, que visa assegurar uma educação inclusiva e de qualidade, e com o ODS 9 – 9.2, que incentiva a inovação e a infraestrutura resiliente (ONU, 2015). Ao preparar os professores para integrar tecnologias digitais de forma significativa em

suas práticas pedagógicas, essas diretrizes capacitam educadores a formar alunos que sejam tecnologicamente alfabetizados e capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Isso também fomenta a igualdade de acesso ao aprendizado, especialmente em um contexto de rápidas mudanças tecnológicas.

A valorização e incentivo às manifestações artísticas e culturais, locais e globais (Brasil, 2019, p. 15), estão em consonância com o ODS 16 – 16.3, que preconiza sociedades inclusivas e pacíficas (ONU, 2015), ao reconhecer e respeitar a riqueza cultural e artística como um elemento essencial para a convivência harmoniosa entre povos. Além disso, ao ampliar o repertório cultural dos estudantes, os professores ajudam a formar indivíduos conscientes de suas identidades locais e globais, capacitando-os para o diálogo intercultural.

A articulação dessas diretrizes com os ODS evidencia a possível integração da internacionalização e da cidadania global no processo de formação docente. Ao conectar os saberes locais com as demandas globais, essas diretrizes asseguram que a educação básica contribua significativamente para os objetivos da Agenda 2030. Assim, a BNC-Formação e a BNC-Formação Continuada mostra aberturas onde os professores possam se tornar agentes fundamentais na implementação dos ODS, promovendo uma educação que é, simultaneamente, local em suas raízes e global em suas perspectivas.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Segundo a primeira citação no quadro (Brasil, 2018, p. 8), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece explicitamente em suas diretrizes seu alinhamento com os ODS, que buscam promover uma educação inclusiva, culturalmente diversa e globalmente conectada.

Além disso, BNCC reconhece a importância da diversidade linguística e cultural e do ensino da Língua Inglesa como uma ferramenta para a formação de cidadãos globais, que saibam dialogar com diferentes culturas e respeitar a diversidade. No documento é reconhecido a visão do Inglês como Língua Franca (ILF) que vai além da visão do falante nativo e considera a língua de diferentes povos falantes de inglês que vem de diferentes contextos. Segundo Costa (2022)

Diferentemente, o ILF é não mais a língua do outro (do estrangeiro), daquele oriundo de países hegemônicos do Norte Global que servem de modelos e determinam o que é certo ou errado para falantes no mundo inteiro, apesar de seus diferentes repertórios linguísticos e culturais (Costa, 2022, p. 319).

Ao reconhecer o ILF, a BNCC propõe uma abordagem que acolhe diferentes perspectivas e, assim, rompe com a visão colonialista e eurocêntrica que, historicamente, moldou o ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Esse paradigma possibilita os estudantes a valorizar suas próprias identidades linguísticas e a desenvolver uma competência comunicativa que se adapta a uma diversidade de interlocutores globais, o que reforça a equidade no aprendizado de línguas. Além disso, a valorização das realidades linguísticas locais e globais dialoga diretamente com o ODS 11 – 11.3, que enfatiza a promoção de sociedades inclusivas

e sustentáveis (ONU, 2015). Ao estimular uma visão da Língua Inglesa que respeita e integra diferentes culturas e repertórios, a BNCC traz luz à identidade de comunidades não-nativas de falantes de inglês, ao invés de basear-se em modelos externos. Sob essa perspectiva, o ensino de Língua Inglesa torna-se um ato de cidadania global, permitindo-lhes reconhecer e se apropriar de conhecimentos diversos, por meio da língua.

O tratamento do inglês como língua franca e a ênfase na função social e política desse idioma, descrita na BNCC está em sintonia com o ODS 8 – 8.3, que promove o crescimento econômico inclusivo e o trabalho decente (ONU, 2015). O ensino de Língua Inglesa para o uso em contextos multiculturais e para interação global permite que os estudantes desenvolvam competências essenciais para a vida pessoal e profissional, ampliando suas oportunidades de emprego e de participação em um cenário internacional. Assim como estabelece Köhler et al. (2023),

percebe-se que as novas políticas curriculares não só oferecem a oportunidade de reinventar as práticas educacionais para a formação dos jovens, mas também solicitam um investimento em novas possibilidades de educação. Assim, com essas bases consolidadas, pode-se apostar na inovação de formas transformadoras e na recriação do conhecimento, bem como no oferecimento do currículo escolar como um caminho de aprendizagem que leva em consideração o conhecimento atual, as múltiplas linguagens, a cultura jovem e o mundo em que vivemos (Köhler et al., 2023, p. 273).

Além disso, a dimensão intercultural abordada no Quadro 1 da BNCC (Brasil, 2018, p. 250) visa promover o estudo dos eixos culturais como um meio de ampliar a compreensão dos estudantes sobre as variadas culturas do mundo, além da relação do local/global da Língua Inglesa. Logo, a BNCC incentiva que, ao aprender inglês, os estudantes explorem aspectos culturais, históricos e sociais das comunidades ao redor do mundo, o que enriquece sua compreensão intercultural.

A BNCC destaca-se como a diretriz educacional que mais aborda a internacionalização e cria oportunidades para integrar os ODS nas práticas pedagógicas. Entre os documentos analisados, ela se mostra não apenas alinhada às demandas globais, mas também aberta a interpretações e adaptações que permitam incorporar questões como cidadania global, sustentabilidade e diversidade cultural no cotidiano escolar. Esse potencial, no entanto, precisa ser continuamente explorado e fortalecido, especialmente em um contexto educacional.

Embora a BNCC ofereça diretrizes e estímulos claros para conectar as práticas pedagógicas aos ODS, sua efetividade depende de um elemento crucial: a formação de professores. É imprescindível investir em capacitações que capacitem os docentes a interpretar e aplicar as orientações da BNCC de forma a trazer os ODS para a sala de aula de maneira concreta e significativa. Nesse sentido, os professores devem estar preparados para relacionar o currículo nacional às metas globais, criando estratégias de ensino que promovam uma educação conectada às questões locais e às realidades globais.

Além disso, a implementação bem-sucedida dessa integração exige que os educadores

recebam suporte contínuo em recursos e metodologias que possibilitem a abordagem de temas como equidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. A BNCC, portanto, não deve ser vista apenas como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida para fomentar uma educação globalizada e interconectada.

Análise geral

Os textos analisados, relacionados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação (PNE), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos estabelecem uma conexão significativa com os parâmetros para a internacionalização na Educação Básica no Brasil. Esses parâmetros têm como objetivos formar cidadãos e promover uma educação inclusiva e multicultural, características que também permeiam as diretrizes legais e educacionais analisadas.

A **Educação para a Cidadania Global**, um dos eixos dos parâmetros de internacionalização, está alinhada com os objetivos da LDB e da BNCC, que enfatizam a formação de cidadãos conscientes e participativos. Esse eixo destaca a formação para o respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade, contribuindo para uma educação que desenvolva competências interculturais e habilidades de convivência pacífica em um contexto globalizado. Isso se reflete nos documentos normativos que orientam a educação básica, preparando os estudantes para enfrentar os desafios contemporâneos (Brasil, 2022).

A **Internacionalização Integral**, por sua vez, é uma abordagem proposta pelos parâmetros que se alinha às diretrizes da BNCC e da BNC-Formação. Essas diretrizes incentivam o uso de línguas estrangeiras e a integração de temas globais nos currículos, promovendo uma educação inclusiva e relevante para todos os alunos, independentemente de seu contexto socioeconômico. Dessa forma, o ensino de línguas e a inclusão de perspectivas globais visam preparar os estudantes para uma atuação consciente e qualificada no mundo interconectado (Brasil, 2022).

A **interculturalidade** é outro eixo central nos parâmetros de internacionalização, em convergência com as diretrizes das DCN e da BNCC, que promovem o respeito às diversas culturas e combatem o preconceito linguístico. A BNCC, por exemplo, reconhece a importância da diversidade cultural e linguística para a construção de uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa. Ao valorizar as identidades culturais e o diálogo intercultural, os documentos normativos e os parâmetros de internacionalização fomentam uma educação que prepara os estudantes para a convivência pacífica e a valorização das diferenças (Brasil, 2022).

No âmbito do **plurilinguismo**, a BNCC e o PNE ressaltam a relevância do aprendizado de línguas estrangeiras e regionais, bem como a preservação das línguas indígenas e outras presentes no país. Isso se relaciona com o eixo de plurilinguismo nos parâmetros de internacionalização, que busca promover uma educação em que os estudantes possam interagir com diferentes culturas e idiomas, uma habilidade essencial no contexto de um mundo globalizado (Brasil, 2022).

A **formação de professores**, finalmente, aparece como uma prioridade tanto na BNC-Formação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores quanto nos

Parâmetros de Internacionalização, que sublinham a importância de capacitar educadores para integrar a dimensão intercultural e internacional em suas práticas pedagógicas. No documento, é separado a área 3 “*Formação dos professores e demais profissionais da Educação para a Internacionalização na Educação Básica*” justamente para tratar essa questão do preparo dos professores ao cenário da internacionalização. Esse preparo inclui o uso de metodologias inovadoras, o desenvolvimento da consciência global e a preparação dos professores para atuar em contextos diversificados, promovendo assim uma educação que é global e conectada às necessidades locais.

A relação entre as questões teóricas abordadas nos documentos normativos e os parâmetros de internacionalização destaca a centralidade da língua inglesa como ferramenta de integração global e promoção da cidadania global. A Educação para a Cidadania Global, um dos eixos dos parâmetros de internacionalização, ressoa com a formação de cidadãos conscientes e participativos prevista na LDB e BNCC, reforçando a importância do domínio da língua inglesa para o respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade em um mundo globalizado. De forma complementar, a Internacionalização Integral e o Plurilinguismo, enquanto abordagens integradoras, alinharam-se à BNCC e ao PNE ao enfatizarem o ensino de línguas estrangeiras, incluindo o inglês, como meio para ampliar o acesso a conteúdos globais e possibilitar a interação intercultural. Nesse sentido, a valorização da interculturalidade se traduz na formação de estudantes preparados para a convivência pacífica e no combate à xenofobia e ao preconceito linguístico, alinhando o ensino da língua inglesa a uma perspectiva de inclusão. Por fim, a formação de professores, destacada nos Parâmetros e na BNC-Formação, reconhece a necessidade de capacitar educadores para integrar a dimensão internacional ao ensino, especialmente ao utilizarem a língua inglesa como meio de instrução e conexão entre realidades locais e globais. Assim, os documentos e os parâmetros convergem para consolidar uma educação que articule competências linguísticas e interculturais, preparando os estudantes para os desafios de uma sociedade intercultural.

Considerações finais

A internacionalização dos currículos na educação básica brasileira emerge como um campo promissor para o desenvolvimento de competências globais, sustentáveis e inclusivas. Este estudo demonstrou que a integração entre a Língua Inglesa e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pode ampliar o alcance da educação para além do conteúdo acadêmico, promovendo cidadania global e habilidades interculturais.

Os documentos oficiais analisados, como a BNCC e a LDB, oferecem diretrizes valiosas para essa transformação, porém demandam esforços contínuos para a formação de professores e a implementação de práticas pedagógicas alinhadas às metas globais. Estratégias como a Internacionalização em Casa (IeC) revelaram-se particularmente relevantes, pois permitem que estudantes de diferentes contextos socioeconômicos participem desse movimento, sem a necessidade de mobilidade física.

A integração dos ODS no ensino básico reforça a necessidade de uma educação crítica e transformadora, que conecte o local ao global. Os Parâmetros Nacionais para a

Internacionalização na Educação Básica fornecem um roteiro para que escolas e professores adaptem seus currículos de forma a enfrentar os desafios do século XXI, enfatizando valores como diversidade, sustentabilidade e inclusão. Nesse contexto, a língua inglesa emerge como um elemento-chave, funcionando não apenas como ferramenta de comunicação global, mas também como um meio para explorar e internalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sala de aula. A proficiência no inglês possibilita o acesso a conteúdos acadêmicos e culturais globais, amplia o engajamento dos estudantes com temáticas transnacionais, como mudanças climáticas, igualdade de gênero e justiça social, e incentiva a participação em iniciativas colaborativas internacionais. Além disso, o ensino da língua inglesa, quando alinhado aos princípios de interculturalidade e sustentabilidade, contribui para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e reflexiva, essencial para conectar os desafios globais às realidades locais. Assim, a língua inglesa não apenas facilita o diálogo intercultural, mas também se torna um vetor para uma educação que promove a transformação social e prepara os estudantes para atuar de forma responsável em um mundo interdependente.

Em conclusão, a internacionalização dos currículos, quando bem implementada, tem o potencial de transformar a educação básica brasileira em um modelo que promove o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para um mundo cada vez mais globalizado e complexo. Essa é uma jornada que demanda comprometimento coletivo e visão estratégica, mas cujos resultados prometem benefícios significativos para a sociedade como um todo.

Referências

- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- Brasil. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Brasil. (2014) *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. (2019). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. Ministério da Educação. (2022). *Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil*. Brasília: MEC. Recuperado de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7712664/mod_resource/content/0/Parametros_Internacionaliza_Educacao_Basica.pdf.
- Chagas, L. A. (2021). *Perspectivas de internacionalização e cenários políticos de professores de idiomas no contexto de uma universidade federal brasileira*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

- Costa, S. M. (2022). Entrelaces da internacionalização da Educação Básica, BNCC e Língua Inglesa. *Authorea Preprints*. doi: 10.22541/au.166723078.86259108/v1
- Höfling, C. (2023). A formação de professores de Língua Inglesa e o Inglês como meio de instrução (EMI/IMI) como política linguística de instituições de ensino superior. In: Chagas, L. A. & Coelho, J. P. P. (Orgs.) *Estudos linguísticos e internacionalização na educação superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis*. Cassilândia, MS: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul.
- Knight, J. (2003) *International higher education 2: e-learning international issues updating the definition of internationalization*. Recuperado de: https://goglobal.fiu.edu/_assets/docs/knight-2015-updated-definition-of-internationalization.pdf.
- Köhler, F.; Britz, L. & Morosini, M. C. (2023) A internacionalização na educação básica e os marcos regulatórios nacionais. *Humanidades & Inovação*, 10(11), 270-279.
- Leask, B. (2009). Using formal and informal curricula to improve interactions between home and international students. *Journal of Studies in International Education*, 13(2), 205-221.
- Luna, J. M. F. de & Stallivieri, L. (2023). Princípios e práticas da internacionalização na Educação Básica. *Revista Iberoamericana de Educación*, 93(1), 127-141. doi: <https://doi.org/10.35362/rie9315996>
- Moita Lopes, L. P. (2006). Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: Moita Lopes, L. P. (Org.) *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, p. 11-24.
- Morosini, M. C. & Nascimento, L. M. do. (2017) Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. *Educação em Revista*, v. 33, p. e155071.
- Oliveira, A. L. de; Freitas, M. E. de. (2017). Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. *Revista Brasileira de Educação*, 22, 774-801.
- ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). (2015). *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Nova York: ONU.
- Qiang, Z. (2003) Internationalization of higher education: towards a conceptual framework. *Policy Futures in Education*, 1(2), 248-270.
- Souza, J.; Kantorski, L. P. & Luís, M. A. V. (2011). Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25(2).
- Torres, C. A. (2017) *Theoretical and empirical foundations of critical global citizenship education*. New York: Routledge.
- Woicolesco, V. G.; Hatsek, D. J. R. & Rosso, G. P. (2023). Internacionalização na educação básica: um estado do conhecimento. *Eventos Pedagógicos*, 14(1), 70-90.